

Senhor Presidente da Mesa do 27º Congresso da ANAFRE e todos os dirigentes da ANAFRE

Senhora Presidente da Câmara Municipal de Portimão e o presidente da Assembleia Municipal de Portimão,

Senhor Presidente da ANMP e demais autarcas aqui presentes,

Senhoras e senhores deputados e membros do congresso,

Caras e caros colegas de Governo,

Saúdo a realização de mais um Congresso da Associação Nacional de Freguesias.

Faço-o desde logo institucionalmente na minha qualidade de Primeiro-ministro, mas não posso deixar de o fazer também como alguém que durante 21 anos desempenhou funções autárquicas ao longo da minha vida.

Permitam-me que aproveite desde já este momento para saudar o presidente cessante do Conselho Diretivo Pedro Cegonho pelos cinco anos à frente da ANAFRE. Neste momento de passagem de testemunho, é mais do que justo afirmar que foi um grande presidente desta associação e que deixa um legado à altura das exigências do nosso tempo e que será bem entregue por este congresso a quem as assegurará estas funções no futuro no conselho diretivo. Muitas felicidades Pedro Cegonho na tua vida futura.

Senhoras e Senhores congressistas

A relação que o Governo tem e continuará a ter com as freguesias tem de assentar num valor fundamental, que é o da confiança.

Procurámos sempre construir e reforçar essa relação de confiança, porque estamos convictos que as freguesias são parceiros essenciais para o desenvolvimento das políticas e para a aproximação do Estado aos cidadãos.

Desde 2015, assistimos a uma significativa recuperação e crescimento da capacidade financeira dos nossos municípios e das nossas freguesias, que veio permitir que se pudesse dar início à reforma mais importante para a organização do Estado, que é a descentralização.

Importa assinalar que passámos de 187 milhões de euros de transferências do Estado para as freguesias em 2015 para 224 milhões de euros em 2020, o que representa um reforço de 20% ao longo destes últimos 5 anos.

Encontra-se em curso um ambicioso processo de descentralização de competências, ao qual responderam grande parte dos nossos autarcas e que se desenvolve de forma progressiva e gradual.

A descentralização constitui a pedra angular da reforma democrática do Estado, acompanhada do combate à burocracia e à corrupção, com uma administração pública dinâmica e com capacidade de inovar.

O novo mapa de exercício local das políticas públicas ao nível de áreas tão essenciais como a educação ou a saúde, a proteção civil ou o turismo, a habitação ou os transportes permite que as diversas regiões do País consigam maximizar o seu potencial de criação de riqueza e resposta de proximidade aos cidadãos.

A consolidação deste processo neste ano de 2020 e durante o próximo ano de 2021 tem de ser uma prioridade para todos. E só assim assistiremos a uma real aproximação dos níveis de descentralização, de participação nas receitas públicas e da coesão territorial que nos aproximam das democracias mais antigas e avançadas da Europa.

Assistimos nos últimos dois anos à transferência de competências diretamente do Estado para as Freguesias e à transferência de competências dos Municípios para as Freguesias.

Essa transferência de competências permite uma resposta de proximidade às necessidades dos cidadãos, a simplificação de procedimentos e assim a melhoria da qualidade dos serviços públicos.

Através do reforço das competências das freguesias será possível aproximar a decisão dos cidadãos, afirmar a cidadania e melhorar a democracia participativa.

O novo mapa de exercício local das políticas pelas Freguesias está em construção e abrange áreas relevantes como a gestão dos espaços públicos, incluindo espaços verdes e vias públicas, a manutenção dos espaços das creches ou escolas do 1º ciclo, a gestão de feiras ou mercados ou a gestão dos Espaços Cidadão.

Das 2882 Freguesias do continente, 39% já aceitaram assumir a transferência de competências dos municípios para o ano de 2020 e 65% já aceitaram assumir as competências do Estado relativas aos Espaços Cidadão.

Só assim assistiremos a uma real aproximação dos serviços públicos às efetivas necessidades dos Portugueses.

Este processo exige acompanhamento permanente e diálogo contínuo entre o Governo e as Freguesias. Só com uma relação de confiança reforçada será possível uma mudança tranquila.

A Senhora Ministra da Modernização do Estado e da Administração Pública e o Secretário de Estado da Administração Local terão - do lado do Governo - um papel central na permanente monitorização e avaliação dos recursos a transferir para as Freguesias e a respetiva implementação no território.

Não vai ser fácil a execução desta reforma.

Tive a oportunidade enquanto presidente de Câmara de conduzir uma grande reforma de descentralização para as juntas de freguesia. Existiram problemas, mas existiu também a capacidade de os resolver. Só foi possível com um grande esforço de monitorização e com confiança mútua na monitorização do processo. O Pedro Cegonho enquanto presidente da Junta de Freguesia de Campo de Ourique foi testemunha preferencial das dificuldades deste processo.

Nunca tivemos medo, de ceder o poder que devia ser cedido e de assumir as competências que eram transferidas. A melhor forma de não ter medo e saber identificar os problemas.

Adiar por medo é dar oportunidade àqueles que querem o centralismo e adiar a descentralização que há muito devia ser feita.

A monitorização é essencial. A descentralização não pode falhar, nem porque carece dos meios necessários, nem porque pode conduzir ao receio que o poder mais próximo é um poder menos exigente na disciplina das finanças públicas.

Nada tem a administração central a ensinar à administração local em matéria de boa gestão dos recursos públicos. Pelo contrário, tem muito a aprender com a boa gestão que as freguesias e os municípios tem feito dos seus recursos.

Só com espírito de parceria, de compromisso, de responsabilidade e de confiança mútua para podermos levar com confiança este processo.

A proximidade é o princípio básico de uma verdadeira democracia e o motor para o progresso partilhado. Proximidade entre a administração central, a administração desconcentrada e a administração local, entre cidadãos e governantes, entre o litoral e o interior, entre o Sul e o Norte, entre o Continente e as Regiões Autónomas.

É em nome dos cidadãos que o poder deve ser exercido. O seu bem-estar e a qualidade de vida foram e continuam a ser as prioridades máximas do Governo e também das Freguesias.

Se o poder é exercido em nome dos cidadãos, quanto mais próximo for exercido dos cidadãos melhor será exercido esse poder. Essa é chave da descentralização e é por isso que nós confiamos nas freguesias.

Senhor Presidente,

Tal como previsto no Programa do Governo, assumimos como prioridade desde já a democratização das 5 Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, bem como a reorganização das suas competências, enquanto serviços desconcentrados do Estado.

Desejamos que já neste primeiro semestre de 2020, seja possível proceder ao reforço da legitimidade democrática das CCDR, para que possam assumir plenamente o papel de centros de planeamento e definição de

estratégias de desenvolvimento regional, desde logo no próximo ciclo de programas operacionais.

Também aqui não é tempo de adiamentos. Nós temos um calendário muito exigente para começar a preparar o Portugal pós-2020. Os próximos programas operacionais regionais já devem ser desenhados pelas CCDR e pelos presidentes já eleitos diretamente pelos autarcas da respetiva região.

Para tal, desejamos já neste semestre os presidentes das CCDR sejam eleitos por um colégio eleitoral vasto, que integra os presidentes das camara membros das assembleias municipais da respetiva área territorial, que incluem os presidentes de junta de freguesia.

Alguns receiam que a democratização das CCDR comprometa o futuro do país para uma regionalização que muitos desejam. Outros anteveem que a eleição dos presidentes das CCDR é a antecipação de uma regionalização que não desejam.

O passo que agora damos não pretende comprometer ou condicionar uma discussão futura da regionalização.

A democratização das CCDR é o passo que podemos dar para permitir que as CCDR tenham já uma legitimidade reforçada e os presidentes das CCDR sejam a voz dos autarcas no país.

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores congressistas

Estamos num momento crucial da discussão na especialidade do Orçamento de Estado para 2020. Na sua proposta que apresentou ao Parlamento, o Governo reforça as transferências para as freguesias.

Em 2020 as transferências são novamente reforçadas com um aumento de 7,5% face a 2019, ano em que a inflação foi de 0,3%.

Estamos certo que é um crescimento que permitirá a consolidação do processo de aceitação das competências por parte das freguesias e a estabilização financeira necessária à resposta cada vez mais exigente às necessidades das populações.

O Governo mantém assim como prioridade a promoção da recuperação e do crescimento da capacidade financeira das freguesias.

Este reforço orçamental permitiu a efetivação da autonomia ao nível dos recursos financeiros, mas também ao nível dos recursos humanos, com a criação de um quadro de pessoal estável em cada freguesia.

Tal como decorre do programa do Governo, serão ainda criadas condições para que todas as juntas de freguesia possam contar pelo menos com um membro eleito a meio tempo. Sabemos que só assim será possível o exercício pleno das novas competências que elas possam ser aceites pelas freguesias.

Se queremos que as freguesias tenham mais meios e mais competências, nós temos que ter na direção das freguesias os eleitos locais com condições para exercer essas competências e gerir esses meios.

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores congressistas,

Na legislatura anterior, foi desenvolvido um trabalho entre o Governo, a ANMP e a ANAFRE para a avaliação da reorganização territorial na sua globalidade.

A relação de confiança estabelece-se também garantido que não há temas tabus.

O processo não iniciado, mas não foi concluído na anterior legislatura.

Ao fim de cinco anos de consolidação da criação e agregação de freguesias, devemos completar o processo e proceder à introdução das necessárias correções.

O Governo está disponível desde já para retomar o diálogo com a AMNP e com a ANAFRE com vista à apresentação de uma proposta de lei que permita introduzir as correções estritamente necessárias na reorganização territorial.

Conhecemos bem os pareceres da ANMP e da ANAFRE e estamos prontos a retomar o diálogo no ponto em que ficámos na anterior legislatura, tendo em vista sua conclusão tão breve quanto possível, de modo a permitir à Assembleia da República a sua discussão e aprovação no calendário que definir.

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores congressistas

Como todos sabemos, a discussão do Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027 é um exercício com dificuldades acrescidas face aos anteriores quadros, tendo em conta o efeito simultâneo da saída do



importante contribuinte líquido, Reino Unido e, por outro lado, o alargamento das políticas prosseguidas pela UE.

É um quadro onde teremos menos contribuintes e teremos mais onde investir.

Portugal tem vindo a defender que a União Europeia para poder responder com renovada ambição aos desafios que enfrentará nos próximos anos tem de ter um orçamento à altura dessa ambição.

Não é possível fazer mais com menos recursos.

O Quadro Financeiro Plurianual deve corresponder, pelo menos, à dimensão do atual orçamento, descontando a participação do Reino Unido. Significa que temos de alargar receitas próprias da UE e alargar também a contribuição dos estados-membros para a UE.

Portugal tem defendido, de acordo com os estudos da Comissão que devemos ter um esforço nacional de pelo menos 1,16% do RNB da UE-27.

Temos defendido também que, em qualquer caso, a Política de Coesão e em especial o 2º Pilar da PAC, dedicado ao desenvolvimento rural, são duas das Políticas Europeias fundamentais, e que têm contribuído para aproximar a União Europeia do dia-a-dia dos seus cidadãos. Não podem e não devem ser as variáveis de ajustamento neste processo negocial.

De facto, a Política de Coesão é grande elo de ligação da Europa dos cidadãos. É a política europeia que mais tem contribuído para a unidade na diversidade da União Europeia. Grande parte do sucesso da União do ponto de vista económico, social e político deve-se mesmo à sua Política de Coesão.

A maior mais-valia da Política de Coesão foi ter trazido a União Europeia para o dia-a-dia dos nossos cidadãos. Com a Política de Coesão, a Europa

chegou a cada aldeia, a cada vila, a cada cidade, a cada cidadão Europeu. É a Política de Coesão que faz da UE uma verdadeira Europa dos cidadãos.

Por isso, é fundamental não ser sacrificada.

A Política de Coesão é uma marca identitária da nossa União e tem que ser defendida.

Isso não quer dizer que defendamos que tudo se deve manter como está. Pelo contrário, devemos dispor de uma maior flexibilidade na definição e implementação desta política, limitando a sua carga burocrática e combinando uma acrescida abordagem territorial com um maior enfoque nos seus principais beneficiários, que são as pessoas.

Recusamos a diferenciação entre velhas e novas políticas. A PAC é essencial para enfrentar desafios como a alteração climática e a Política de Coesão é fundamental para qualificar os cidadãos na transição digital. Assim, como as políticas de gestão centralizada como a investigação e desenvolvimento têm de consagrar os objetivos da Coesão para apoiar as PME, as Universidades e Politécnicos das regiões menos desenvolvidas.

O futuro de Portugal e da Europa exige uma sociedade mais coesa para uma economia que é mais competitiva no mercado global.

Para isso, é necessário valorizar a competitividade dos territórios de baixa densidade e reforçar a coesão dos grandes centros urbanos onde se concentram as maiores bolsas de pobreza. O sucesso da União tanto depende da capacidade de cruzarmos o que de melhor cada território oferece como também do esforço de um desenvolvimento que podemos fazer em comum.

É, por isto, que Portugal participa ativamente neste processo de negociação, que tem de ser conduzido pelo Governo, pela Assembleia da

República, pela nossa representação no Parlamento europeu, pelo Comité das Regiões, pelo Conselho Económico e Social, mas também pelas autarquias locais, pelos municípios e pelas freguesias.

Este é um desafio de todos. Queremos estar ativos nesta discussão.

É por isso, com muita honra que organizaremos no próximo dia 1, em Beja, a próxima Cimeira dos Países Amigos da Coesão, que reunirá 17 Chefes de Estado e de Governo da UE, ou seja, a maioria dos membros da UE.

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores congressistas

A orgânica do Governo expressa bem a prioridade que atribuímos simultaneamente à Modernização do Estado e da Administração Pública e também à Coesão Territorial.

Prioridades que têm, como vimos, um plano de trabalhos e um calendário exigentes:

- Negociar na União Europeia o próximo Quadro Financeiro Plurianual, de forma a garantir que a PAC e a Política de Coesão não serão sacrificadas no próximo quadro financeiro;
- Concluir até 2021 e consolidar o processo de descentralização em curso para as Freguesias, os Municípios, as Comunidades Intermunicipais e as Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto;
- Reformar desde já neste semestre o processo de designação das CCDR, designadamente procedendo à eleição dos seus presidentes

pelos autarcas das respetivas regiões, que incluem, como não podia deixar de ser, os Presidentes das Juntas de Freguesia;

- Retomar o processo de melhoramento da reorganização territorial ao nível da freguesia, com a introdução das correções consideradas necessárias para a consolidação do processo;
- Garantir que haverá pelo menos um meio tempo atribuído em cada uma das freguesias.

É uma agenda exigente, como só uma agenda exigente estaria à altura do que o País nos exige para ganhar um desenvolvimento mais sustentável, mais solidário, que garanta a maior coesão interna.

Este é um desafio que temos em conjunto, este é o desafio que iremos vencer em conjunto. Estado, municípios, freguesias ...